

PORTUGAL

**DEPENDE
DE
QUEM?**

CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 fr. - CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP.
VIR

STAMP
LITTA
DE ABR

A NOVA CORRIDA AO OURO:

O DINHEIRO DOS EMIGRANTES

Lemos, hoje, à laia de narrativas de aventuras, com saber a ficção, a história dos episódios dramáticos da corrida ao ouro na Califórnia, no século passado. Pois, talvez um dia outros tenham idêntica perspectiva em relação àquilo que há uma dezena de anos estamos vivendo, e que é capaz de não lhe ficar atrás em muitos aspectos: a «caça» ao dinheiro dos emigrantes. É claro que tudo hoje é mais organizado, mais disciplinado, mais «século XX». E os grandes caçadores não arriscam a pele como dantes. Nas áreas de «filão», os seus emissários não se disputam a tiro ou à facada: fazem concorrência, mais ou menos leal, chegam mesmo a colaborar uns com os outros.

O SISTEMA DE «CAPTAÇÃO»

Centremos a nossa observação sobre o filão francês, o mais representativo. Quando, na primeira metade dos anos 60, se iniciou a grande debandada dos trabalhadores portuguesas, apenas estava implantado, em França, o Banco Nacional Ultramarino, maioritário num banco pouco significativo na altura: o Franco-Portugaise d'Outre-Mer. Posteriormente, o B. N. U. vendeu a Manuel Bulhosa a sua posição maioritária, reservando-se apenas 1/3 do capital. O B. P. do Atlântico fez um acordo com este banco para lhe servir de base de apoio de transferências, sobretudo em Paris, e multiplicou acordos com bancos franceses na província para o mesmo fim. Entretanto, o Banco da Agricultura montava o seu dispositivo, criando, igualmente, uma rede de acordos locais, nomeadamente com alguns bancos espanhóis, actuando no Sul da França. Assim se arrancou o processo. Foram «lançados» prospectores nos pontos nevrálgicos (além de Paris: Clermont-Ferrand, Tours, Lyon, Rouen, etc.) e iniciou-se uma autêntica caça, utilizando todos os meios, todas as influências (até as dos

padres provincianos) para convencer os emigrantes a canalizar o seu dinheiro para as respectivas sedes e agências de Portugal. Pode dizer-se, sem exagero, que o B. P. A. e o Banco da Agricultura fundaram o espectacular crescimento dos seus negócios nesta fonte massiça de depósitos.

Um pouco mais tarde, entrou na liça o Banco Pinto & Sotto Mayor, trabalhando por acordo com o Crédit Commercial de France, vindo depois a instalar filial própria e várias agências. E, com o correr do tempo, ninguém podia ficar para trás. Enquanto o B. P. A. se divorciava do Franco-Portuguais, na sequência de um affaire de cheques falsos (pois todo o processo deu aso a que numerosos aventureiros e falsificadores pregassem as suas partidas — aos emigrantes e, como neste caso, aos próprios bancos), e estabelecia um acordo com a delegação parisiense do Banco do Brasil, até chegar a ter a sua própria sucursal e agências, os bancos Espírito Santo, Fonsecas & Burnay e Totta tomavam-lhe o lugar junto do banco de Bulhosa, também possuidor de uma dezena de agências. O Agricultura mantinha o seu esquema, já muito rodado ao longo de muitos anos. É este o panorama actual, aquele em que os bancos ligados ao Estado, Fomento e Caixa Geral (já sem falar no tão disputado Crédito Predial), iniciaram ou vão iniciar os seus passos.

Entretanto, é claro, não cessou a «guerra dos prospectores» junto dos núcleos de emigrantes, sem falar nas «carrinhas banco» que, ao domingo, lá se vão postar e fazer a sua colheita, bem protegidas pelas forças da ordem.

OS MECANISMOS DA TRANSFERÊNCIA

Qual o mecanismo por que se processam as transferências? Há, essencialmente, dois: a transferência directa e o vale-cheque. No primeiro caso, o emigrante pega nos francos

que ganhou e deposita-os numa agência bancária, a fim de serem transferidos para uma conta em Portugal, à ordem de um seu familiar, por hipótese. Essa agência credita a conta em francos do banco português destinatário, que, por sua vez, com esses francos, adquire escudos ao Banco de Portugal e credita por esse montante a conta do seu emigrante ou do seu familiar. O segundo esquema, que se popularizou a certa altura, é o dos vales-cheques. Com os seus francos, o emigrante compra na agência bancária um cheque em escudos, que depois envia à família, com indicação para o ir depositar (ou descontar) num banco português. Este sistema tem, para o banco francês, alguma vantagem, pois contribui para o seu fundo de maneio. Com efeito, o emigrante nem sempre remete imediatamente o cheque, chegando até, por vezes, a andar com ele no bolso até vir de férias e o depositar ou descontar ele próprio. Ora, o banco francês, neste caso, só é debitado desses francos no momento em que o vale-cheque seja apresentado num banco português, o que pode levar semanas. Durante este intervalo, esses francos são aplicados, a boas taxas de juro, no mercado monetário francês. Ao ser descontado o cheque, o banco português debita finalmente o banco francês, com os francos adquire escudos ao Banco de Portugal, e por aí adiante.

Por aqui se deduz que o trabalho dos prospectores incide em dirigir as transferências para as agências dos seus bancos, com especial atenção no caso dos vales-cheques, que a família do emigrante é livre de ir apresentar no banco que entender. Por isso, todo o sistema é completado com uma «assistência» junto da própria família em Portugal, de forma a reduzir ao máximo as fugas para outros bancos. Aliás, as famílias, mas sobretudo o próprio emigrante, quando vem de férias, são igualmente assediados por numerosos interessados na aplicação destes «capitais»: agentes imobiliários, FIDES, Torralta, etc.

QUEM APROVEITA?

Independentemente das famílias dos emigrantes, para o seu consumo, e dos próprios emigrantes, que terão comprado umas terras ou um andar, a quem aproveitou esta drenagem de largos milhões de contos anuais, resultantes da venda de força de trabalho portuguesa no «bâtiment» ou noutros sectores de actividade dos países europeus?

Do ponto de vista do sistema bancário e, portanto, em geral, dos principais grupos financeiros, pode dizer-se que tem sido a perfeita árvore das patacas. Os depósitos dos emigrantes (em boa parte a prazo) aumentam automaticamente a respectiva base de crédito, com o correspondente crescimento do volume de negócios e os consequentes lucros. Só para dar uma ideia, as remessas de emigrantes acumuladas nos últimos 10 anos atingem um valor da ordem dos 80 por cento dos depósitos a prazo no sistema bancário, e 50 por cento do total dos depósitos da banca comercial! E convém não esquecer que o crédito concedido vai permitir aos empresários comerciais e industriais aumentarem, eles próprios, os seus negócios e realizarem os seus próprios lucros.

Do ponto de vista do sistema económico e financeiro global, o principal efeito das remessas de emigrantes é proporcionar meios de pagamento externo, a tal ponto que, nos últimos anos, não têm cessado de crescer as reservas do Banco de Portugal, trazendo por acréscimo um reforço da «solidez externa» do escudo. Concretizando: quando um importador tem de efectuar um pagamento ao estrangeiro, por mercadorias que adquiriu, vai verificar-se um mecanismo exactamente inverso do acima descrito. Ele entrega escudos no seu banco (ou é-lhe debitada a sua conta), com esses escudos o banco compra as divisas correspondentes (francos, por exemplo) no Banco de Portugal e depois transfere essas divisas para o banco fornecedor no respectivo país. A entrada anual dos volumes enormes de divisas enviados pelos emigrantes permite ao Banco de Portugal proceder a estas operações sem recorrer às suas reservas, ou melhor, sem as diminuir (isto até 1974: este ano não será possível evitá-lo). Nisto se traduz, muito precisamente, a afirmação tantas vezes feita de que o dinheiro dos emigrantes «financia o défice da balança comercial».

Não é de mais sublinhar em que medida

os emigrantes, trabalhadores portugueses a quem os capitalistas portugueses não foram capazes de criar emprego e condições de vida, contribuíram — involuntariamente, é certo — para consolidar e desenvolver, pelos mecanismos indicados, esse mesmo capitalismo. Isto dá bem a noção das formas de articulação/compensação do sistema capitalista à escala internacional: todos os actos, individuais ou colectivos, tendem a ser «recuperados» em benefício do próprio sistema, como um todo. O que, obviamente, implica em contrapartida o desenvolvimento de contradições que o põem em causa: para não ir mais longe, o capitalismo francês está tão dependente do trabalho estrangeiro (mais de 10 por cento da população activa) como o português do dinheiro que os emigrantes lhe mandam, dinheiro correspondente a salários que produziram lucros num primeiro tempo lá, num segundo tempo cá. E é bom recordar, também, até que ponto o esvaziamento de campos e mesmo de fábricas devido à emigração foi um autêntico «revelador» da luta de classes em Portugal.

O DINHEIRO E OS VOTOS

Interessa, enfim, referir uma questão que, nem por ser delicada, deve deixar de ser conhecida e analisada. Trata-se do comportamento dos emigrantes face aos «acontecimentos políticos».

Não excluímos, ainda que não nos tenha chegado informação irrefutável sobre o assunto, que certos bancos possam — pelo menos em certos períodos, após o 25 de Abril — ter influenciado emigrantes a reter o seu dinheiro no estrangeiro. E, a ser assim, isso só poderá ter sido originado por motivos (ou feito com objectivos) políticos, dado que, como se viu, o essencial do «negócio» se passa em Portugal.

Mas gostaríamos de cometer o «sacrilégio» de admitir que grande parte da retracção verificada, em Maio e logo após o 28 de Setembro, tenha resultado, sobretudo, da reacção dos próprios emigrantes. Há que conhecer a extrema sensibilidade que manifestam a tudo o que possa contribuir para lhes diminuir o pequeno pecúlio duramente acumulado (e não será compreensível?): uma minúscula flutuação do franco, que constatem ao chegar ao banco onde vão comprar o vale-cheque, fá-los voltar as costas, e aguardar que o franco suba alguns tostões, dias mais tarde. Juntando a isto

uma generalizada politização, que os entrega sem defesa às influências mais reaccionárias (e não esquecer o papel que representam, na sua informação sobre o que se passa em Portugal, as cartas da família, sujeita ela, por essa província, à propaganda que se sabe: jornais regionais, padres, notáveis, etc.), como surpreender-nos que se retraiam ao menor sinal de «instabilidade», que para eles significa, muito sumariamente, «perigo para as suas economias»? O que em nada diminui a responsabilidade **objectiva** do sistema de exploração a que estão submetidos: tal exploração compreende componentes ideológicos que convém ter bem presentes.

Não há, pois, que «acusar» os emigrantes de serem uma massa politicamente conservadora, na sua generalidade. Há, apenas, que constatá-lo e daí tirar conclusões. E não seremos nós, por certo, os primeiros a fazê-lo: as restrições ao voto dos emigrantes não terão a fundamentá-las, em parte, uma apreciação deste tipo? E nem se vê porque não assumir, **politicamente**, tal justificação, que nada tem de condenável. A luta por um Portugal em que esses trabalhadores terão um lugar (e, porque não, um Poder) que até aqui lhes foi negado, não passará, **entre muitas outras (importantes) coisas**, pela limitação de um voto que contra eles se voltaria? Mas cremos que seria erro pensar que a politização dos emigrantes é possível através de maciça propaganda junto dos seus núcleos. Haverá, sim, que lhes dar a «prova dos factos», e essa só os trabalhadores portugueses, na medida em que avancem nas suas conquistas, a poderão fornecer-lhes. Até lá, a contradição «precisa-se de dinheiro, precisa-se menos dos votos» constituirá um difícil equilíbrio, com imprevisíveis flutuações. É possível, aliás, que a entrada na «corrida» dos bancos do Estado, aliada a um efectivo controlo do sistema bancário, contribua para dar uma nova «face» a certos aspectos fundamentais, e não seja menosprezável para a manutenção desse periclitante equilíbrio.

Sendo certo que, no limite, só há uma solução-objectivo possível: a de o dinheiro dos trabalhadores emigrantes ser utilizado para **construir uma sociedade** em que deixe de ser necessário, ou seja, em que a emigração seja, enfim, apenas uma amarga recordação. E, para isso, terão os que ficaram a palavra decisiva. ■

J. M. P.